

TRABALHO E EDUCAÇÃO: UM OLHAR A PARTIR ECONOMIA POPULAR

Christiany Regina Fonseca – IFMT

Edson Caetano – UFMT

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo discutir sobre os camelos e ambulantes e sua relação com o trabalho e a educação na perspectiva da experiência e da produção de saberes, buscando compreender a “sobrevivência” da Economia Popular frente à ordem do capital que a partir da reestruturação produtiva tem tornado cada vez mais precarizado o trabalho assalariado e vem obrigando muitos trabalhadores a buscarem alternativas para sobreviver e assegurar a produção material e imaterial da vida. O referencial teórico-metodológico se apoia na literatura nacional acerca dos temas: Trabalho, Educação, Economia Popular, Reestruturação Produtiva e Produção de Saberes. Trata-se de pesquisa qualitativa, sendo utilizada revisão bibliográfica, pesquisa de campo por meio de observação participante e entrevistas que constituíram os métodos e as principais técnicas utilizadas. Entende-se que os processos pedagógicos também se constituem como um elemento da cultura do trabalho, mediando às condições objetivas e subjetivas do processo produtivo, sendo a dinâmica do trabalho fonte de saberes adquiridos e produzidos no próprio processo de trabalho, no qual os camelos e ambulantes estão inseridos nesta perspectiva.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Camelos. Produção de Saberes.

Introdução

Este artigo tem como tema a relação entre Trabalho e Educação a partir da economia popular. Trata-se de uma proposta de investigação que se apoia na interface entre a sociologia do trabalho, a economia popular e a sociologia da educação.

Objetivamos compreender a construção e utilização das estratégias de produção e ampliação da vida, desenvolvidas pelos camelos e ambulantes, que utilizam de estratégias diversas de trabalho para garantia da sobrevivência construindo, assim, saberes.

Nosso interesse em realizar estudos sobre a questão da Economia Popular e sua relação com a temática Trabalho e Educação a partir dos camelos e ambulantes localizados nas proximidades da Rua 13 de junho no centro de Cuiabá/MT na tentativa de compreender a “sobrevivência” da Economia Popular frente à ordem do capital que a partir da reestruturação produtiva tem tornado cada vez mais precarizado o trabalho assalariado e vem obrigando muitos trabalhadores a buscarem alternativas de manutenção da vida, conforme salientam ALVES (2007); ANTUNES (1995, 2001); HARVEY (1992); TIRIBA

(2003, 2008) e SAVIANI (2007). Em meio a esta perspectiva, os trabalhadores da economia popular buscam formas de assegurar a produção da vida e de saberes.

Para compreender as relações existentes entre Trabalho e Educação na perspectiva da Economia Popular entre os camelôs e os ambulantes realizamos levantamento bibliográfico e aprofundamento teórico–metodológico sobre os temas: Trabalho, Educação, Economia Popular, Reestruturação Produtiva e Produção de Saberes.

A nossa investigação se utilizará de estratégias e métodos de pesquisa qualitativa. Por se tratar de uma pesquisa sobre a relação entre trabalho e educação a partir das experiências de vida de camelos e ambulantes de Cuiabá/MT. A pesquisa de campo, a etnografia, a observação e as entrevistas constituirão os métodos e as técnicas principais.

Para atingir o objetivo da pesquisa, se faz necessário estudar as redes de relações entre o *modos operandi* dos camelos e ambulantes, o trabalho e a educação. A apreensão dessas dimensões é essencial para a análise das estratégias desenvolvidas pelos mesmos, além do conhecimento de elementos que permitem a compreensão da organização social desse grupo.

Pretende-se também através deste estudo contribuir para o debate sobre a questão da economia popular, do qual a identificação deste tipo de atividade seria de suma importância para melhor compreensão de como a interface trabalho e educação acontecem nesta, a partir da compreensão de que por meio do trabalho o homem constrói saberes e assim ele também se forma e se constrói.

Para corroborar com este ideário de identidade entre trabalho na perspectiva da economia popular e da educação, se faz necessário problematizar as relações entre Trabalho e Educação na produção e busca compreender como se produz e reproduz a relação entre o trabalhador da economia popular, o seu trabalho e a educação nos processos de produzir e garantir a vida entre os camelos e ambulantes, que sendo forjados na perspectiva capitalista criam estratégias de trabalho, de sabedoria e de sobrevivência no seu cotidiano.

Referencial Teórico

A sociedade contemporânea tem presenciado intensas transformações nas últimas duas décadas. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva a partir da acumulação flexível que têm acarretado, entre tantos aspectos destrutivos, um significativo aumento nos índices de desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação

crecente na relação entre homem e natureza, conduzida pela lógica do capital, voltada prioritariamente para a produção de mercadorias o que destrói o meio ambiente em escala global (ANTUNES, 2001).

Segundo Antunes (2001), é possível constatar que a sociedade contemporânea presencia um cenário crítico, que atinge também os países capitalistas centrais. Paralelamente à globalização, a lógica do sistema produtor de mercadorias vem transformando a concorrência e a busca da produtividade num processo *destrutivo* que tem gerado “*uma imensa sociedade dos excluídos e dos precarizados*” (ANTUNES, 2001, p. 36), quem vem atingindo até mesmo os países do Norte. Até o Japão e o seu modelo toyotista, que introduziu o “emprego vitalício” para cerca de 25% de sua classe trabalhadora, hoje já ameaça eliminá-lo, para adequar-se à competitividade. (ANTUNES, 2001)

Para o autor, após desestruturar o Terceiro Mundo e eliminar os países do Leste Europeu, a crise atingiu o “coração” do capital. E quanto mais se avança na competitividade, característico do modo de produção capitalista, quanto mais se desenvolve a tecnologia concorrencial, maior é a desmontagem de inúmeros parques industriais que não conseguem acompanhar a volatilidade dessa economia. “Da Rússia à Argentina, da Inglaterra ao México, da Itália a Portugal, passando pelo Brasil, os exemplos são crescentes e acarretam repercussões profundas no enorme contingente de força humana de trabalho presente nestes países”. (ANTUNES, 2001, p. 36).

Vale ressaltar que os novos países protagonistas da industrialização utilizam-se intensamente das formas degradantes de precarização da classe trabalhadora. O autor argumenta que

a título de exemplo: na Indonésia, mulheres trabalhadoras da multinacional Nike ganham 38 dólares por mês, por longa jornada de trabalho. Em Bangladesh, as empresas Wal-Mart, K-Mart e Sears utilizam-se do trabalho feminino, na confecção de roupas, com jornadas de trabalho de cerca de 60 horas por semana com salários menores que 30 dólares por mês (ANTUNES, 2001, p. 36).

Antunes (2001) ainda alerta que é imprescindível entender quais transformações vêm acontecendo na contemporaneidade, bem como quais são seus principais significados e suas mais importantes consequências. No que diz respeito à questão do Trabalho, pode-se presenciar um conjunto de tendências que configuram um quadro crítico e que têm direções assemelhadas em diversas partes do mundo, onde vigora a lógica do capital.

O capitalismo contemporâneo, com a configuração que vem assumindo nas últimas décadas, acentuou sua lógica destrutiva. Num contexto de crise estrutural do capital, desenham-se algumas tendências, que podem assim ser resumidas:

- 1) o padrão produtivo taylorista e fordista vem sendo crescentemente substituído ou alterado pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou toyotismo são exemplos;
- 2) o modelo de regulação social-democrático, que deu sustentação ao chamado estado de bem estar social, em vários países centrais, vêm também sendo solapado pela (des)regulação neoliberal, privatizante e anti-social (ANTUNES, 2001, p. 37).

Para Antunes (2001), existem consequências graves quanto à crise do capital que vem assolado os países de um modo geral, suas principais manifestações são: a precarização do trabalho humano e a degradação do meio ambiente impulsionados pela manutenção do mercado. Trata-se de uma profunda crise estrutural que vem destruindo a força humana que trabalha, destroem-se os direitos sociais, massificam-se significativos contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho, torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, mantendo-se, entretanto, circuito reprodutivo do capital.

Esta crise fez com que o capital implementasse um processo de reestruturação do capital, com vistas à recuperação do ciclo de reprodução do capital e que afetou fortemente o mundo do trabalho (ANTUNES, 2001).

Outro elemento fundamental para o entendimento das causas do enfraquecimento do movimento trabalhador decorre do esfacelamento do Leste Europeu propagando-se, no interior do mundo do trabalho, a falsa ideia do “fim do socialismo”.

Como consequência do fim do chamado “bloco socialista”, os países capitalistas centrais vêm rebaixando brutalmente os direitos e as conquistas sociais dos trabalhadores, dada a “inexistência”, segundo o capital, do perigo socialista hoje. Portanto, o desmoronamento da União Soviética e do Leste europeu, ao final dos anos 80, teve enorme impacto no movimento dos trabalhadores (ANTUNES, 2001).

Mais um elemento fundamental para a compreensão da crise do mundo do trabalho refere-se ao desmoronamento da esquerda tradicional da era stalinista, sendo substituída pela perspectiva social-democrática. Esta opção atingiu a esquerda sindical e partidária, gerando consequências no interior da classe trabalhadora. Inclusive os sindicatos passaram a ser caracterizados como uma socialdemocracia sindical (ANTUNES, 2001).

Um último ponto precisa ser destacado, sendo elemento primordial para a atual crise. Com a enorme expansão do neoliberalismo a partir de fins de 1970 e a conseqüente crise do *welfare state*, deu-se um processo de enfraquecimento da perspectiva socialdemocrata, que passou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal.

O Neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como Fundo Monetário Internacional. (ANTUNES, 2001, p.40).

A desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, o combate cerrado ao sindicalismo classista, a propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a cultura “pós-moderna”, bem como uma clara animosidade contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital, são traços marcantes deste período recente (HARVEY, 1992; MCLLOY, 1997; BEYNON, 1995).

Todos esses fatores acabaram por afetar fortemente o mundo do trabalho, em várias dimensões. Como resposta a crise do capital, várias transformações vêm ocorrendo. Uma delas diz respeito às metamorfoses no processo de produção do capital e suas repercussões no processo de trabalho (ANTUNES, 2001).

Em seus traços mais gerais, o toyotismo vem se expandindo pelo Ocidente capitalista, tanto nos países avançados quanto naqueles que se encontram subordinados. Suas características básicas são:

- 1) sua produção muito vinculada à demanda;
- 2) ela é variada e bastante heterogênea;
- 3) fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariada de funções;
- 4) tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção e funciona segundo o sistema de kanban, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque que, no Toyotismo, devem ser mínimos. Enquanto na fábrica fordista cerca de 75% era produzido no seu interior, na fábrica toyotista somente cerca de 25% é produzido no seu interior. Ela horizontaliza o processo produtivo e transfere à “terceiros” grande parte do que anteriormente era produzido dentro dela (ANTUNES, 2001, p. 41).

Esta forma flexibilizada de acumulação capitalista, baseada na reengenharia, na empresa enxuta, para lembrar algumas expressões do novo dicionário do capital, teve conseqüências enormes no mundo do trabalho. Podemos aqui tão somente indicar as mais importantes:

1) há uma crescente redução do proletariado fabril estável, que se desenvolveu na vigência do binômio taylorismo/fordismo e que vem diminuindo com a reestruturação, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, típico da fase do toyotismo;

2) há um enorme incremento do novo proletariado, do subproletariado fabril e de serviços, o que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado.

São os “terceirizados”, subcontratados, “part-time”, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em inúmeras partes do mundo. Inicialmente, estes postos de trabalho foram preenchidos pelos imigrantes. Mas hoje, sua expansão atinge também os trabalhadores especializados e remanescentes da era taylorista-fordista;

3) vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho nos países avançados, e que tem sido preferencialmente absorvido pelo capital no universo do trabalho precarizado e desregulamentado;

4) há um incremento dos assalariados médios e de serviços, o que possibilitou um significativo incremento no sindicalismo destes setores, ainda que o setor de serviços já presencie também níveis de desemprego acentuado;

5) há exclusão dos jovens e dos idosos do mercado de trabalho dos países centrais: os primeiros acabam muitas vezes engrossando as fileiras de movimentos neonazistas e aqueles com cerca de 40 anos ou mais, quando desempregados e excluídos do trabalho, dificilmente conseguem o reingresso no mercado de trabalho;

6) há uma inclusão precoce e criminoso de crianças no mercado de trabalho, particularmente nos países de industrialização intermediária e subordinada, como nos países asiáticos, latino-americanos etc.

7) há uma expansão do que Marx chamou de trabalho social combinado (MARX, 1978), onde trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços. O que, é evidente, não caminha no sentido da eliminação da classe trabalhadora, mas da sua precarização e utilização de maneira ainda mais intensificada. Em outras palavras: aumentam os níveis de exploração do trabalho.

Estas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc, sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho. (ANTUNES, 2001, p. 43).

Segundo Tiriba (2003) não sendo a demanda de trabalho semelhante ao crescimento do capital, ao invés de apenas um mundo do trabalho, existem muitos mundos do trabalho em sua grande maioria forjados e dependentes do modo de produção capitalista.

Ao levar as últimas consequências a precarização da vida, o modelo neoliberal vem obrigado às pessoas a criar novas formas de trabalho e, ao mesmo tempo, recuperar antigas relações sociais. Vale ressaltar que, na luta pela sobrevivência nos deparamos com

um número significativo de trabalhadores que fazem do espaço da rua o seu local de trabalho (TIRIBA, 2003).

São homens-estátua, malabaristas, comedores de fogo, distribuidores de panfletos, catadores de latinhas, ensacadores de compras nos supermercados, vendedores de aipim, doces e salgados. Isto sem falar na grande quantidade de vendedores de durepox, canetas, despertadores, escovas de dente da Xuxa e mil e uma coisas fabricadas na China, no Paraguai e, inclusive, no fundo do quintal dos trabalhadores, cujos nomes já não constam do quadro de funcionários de uma “renomada empresa”. No “mercado a céu aberto”, também chamam a atenção as pessoas que, como estratégia de trabalho e de sobrevivência, envolvem-se em atividades ilícitas, como prostituição, pequenos furtos e revenda de drogas (TIRIBA, 2003, p. 39).

Pelo senso comum, esses trabalhadores que perambulam pela cidade, com os quais nos deparamos nas ruas e calçadas dos centros urbanos, são considerados trabalhadores informais (TIRIBA, 2003).

Embora as iniciativas populares representem uma resposta ao desemprego e a miséria e, embora exista algum nível de associatividade e de solidariedade entre os trabalhadores ainda que para fugir de fiscais e policiais, não poderia ser identificada como pertencente à economia solidária (TIRIBA, 2003).

Segundo Tiriba (2003), para entender sobre os significados do trabalho, em especial para os trabalhadores- caminhantes, os malandros trabalhadores e os trabalhadores-moradores de rua é necessário partir da perspectiva de considerar três questões fundamentais do fazer econômico: o tempo histórico em que se desenvolve esta economia, quem são os seus sujeitos econômicos, e quais são os espaços em que em estes sujeitos desempenham a economia.

O universo dos trabalhadores da rua é formado por trabalhadores que desempenham atividades tanto da economia informal como da economia popular, no entanto, o fato de pertencer ou ser oriundo dos setores populares, não confere ao trabalhador o status de ser um trabalhador da economia popular, assim é preciso diferenciar a racionalidade das diferentes formas de fazer a economia (TIRIBA, 2003).

A manutenção da sobrevivência é fundamental elemento de identidade dos setores populares, no entanto não é suficiente para explicar a racionalidade da economia popular.

Os conceitos são resultados dos processos históricos e vão sendo formulados e reformulados no tempo em que se consegue apreender os fenômenos e as estruturas, considerando o contexto macro no qual se produz uma dada realidade. O próprio conceito

de economia informal já não é convincente para explicar a diversidade e complexidade das atuais relações sociais.

De acordo com o Dicionário Internacional da Outra Economia,

Entende-se por economia popular o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras com o objetivo de assegurar a reprodução da vida social mediante a utilização da própria força de trabalho e a mobilização dos recursos disponíveis. Diz respeito às estratégias populares de trabalho e sobrevivência, entendidas como a arte de criar condições favoráveis para satisfação das necessidades humanas, tanto materiais como imateriais. A economia popular refere-se a uma forma de produzir, distribuir e consumir bens e serviços que transcende a obtenção de ganhos monetários, vinculando-se estreitamente à reprodução ampliada da vida (e não do capital) e tendo como horizonte a satisfação de valores de uso e a valorização do trabalho e dos seres humanos. O conceito remete ao significado etimológico da palavra economia, originada do grego *oikos* (casa) e *nemo* (eu distribuo, eu administro). Assim como *Oikonomia* diz respeito ao “cuidado da casa” (entendida como morada do ser humano), a economia popular é a forma pela qual, historicamente, homens e mulheres que não vivam da exploração da força de trabalho alheio tentam garantir seu estar no mundo, tanto na unidade doméstica como nos espaços/tempos mais amplos das relações sociais (TIRIBA e ICAZA, 2009, p. 83).

No contexto do capitalismo, como forma de amenizar as contradições entre capital e trabalho, os atores da economia popular criam estratégias de trabalho e sobrevivência que visam não apenas à obtenção de excedentes que possam ser trocados no mercado, como também de alguns elementos fundamentais ao processo de formação humana, como a socialização do saber, ainda que de forma imediata essas práticas configuram-se em obtenção de ganhos monetários (TIRIBA e ICAZA, 2009).

Apesar do discurso das autoridades públicas quanto ao comércio informal da necessidade de “moralização do mercado” e “ordenação do espaço público”, sabemos que as atividades da economia informal servem como um instrumento mais para escoar as mercadorias produzidas nas empresas de capital, formal ou informalmente estabelecidas.

O trabalho informal tem permitido a entrada dos trabalhadores na economia, não sendo algo que vem enfraquecendo ou prejudicando o atual modelo de desenvolvimento econômico, a economia popular também tem servido “como alívio aos pobres”.

A partir da conceituação de Economia Popular, Tiriba (2003, p. 42) propõe uma preliminar tipologia desta economia, destacando-as em suas frentes, são elas:

- 1) Trabalhadores da cultura - aqueles cujo objeto/produto do trabalho é atrair e divertir os transeuntes e, principalmente, os turistas. São os malabaristas, pintores, homens e mulheres estátua, escultores...

2) Trabalhadores- preservadores da natureza: são aqueles cujo objeto de trabalho é a coleta de recursos naturais tendo em vista o seu reaproveitamento ou reciclagem. De uma maneira geral, são catadores de latinha de cerveja, refrigerante, água mineral ou de qualquer outro produto ou material considerado “descartável” pelas sociedade de consumo.

3) Malandros-trabalhadores: aqueles cujo produto do trabalho resulta da capacidade de seduzir ou ludibriar o freguês, utilizando-se do exercício de atividades ilegais. Transgredindo as normas sociais e culturais, formalmente estabelecidas, desenvolvem atividades econômicas que envolvem roubos e outros pequenos delitos. São prostitutas (os); meninas(os) de programa; especialista no “jogo do papa”; fogueteiros, aviãozinhos e outras pequenas ocupações no tráfico de drogas;

4) Trabalhadores-moradores de rua: aqueles que fazem da rua o seu espaço de trabalho e, ao mesmo tempo, espaço demora-dia. Geralmente são considerados como “mendigos”, “ociosos” ou “vagabundos”, encontrando-se dia e noite nas ruas e nas praças da cidade.

5) Trabalhadores-caminhantes: convencionalmente chamados de “ambulantes”, são os que, sem autorização municipal, vivem sob a ameaça do poder público, têm ponto fixo ou transitam pelas ruas da cidade para vender alimentos e outros produtos de fabricação caseira.

Tiriba (2003) destaca também que a maioria dos protagonistas da economia popular já desenvolveu algum tipo de atividade como trabalhador assalariado. Como consequência do desemprego foram demitidos. No estudo realizado por Tiriba em Angra dos Reis, a mesma aponta que encontrou três ex-metalúrgicos da Verolme que enquadram nesta perspectiva (o primeiro, tornou-se um trabalhador-caminhante; o segundo um malandro-trabalhador e o terceiro, um trabalhador-morador de rua).

Tiriba (2003) destaca ainda que além de fazer amigos e ter a oportunidade de se relacionar com muitos turistas brasileiros e estrangeiros, ampliando assim sua cultura e contatos, para esses trabalhadores da economia popular, uma das vantagens de trabalhar nas ruas é o fato de ter “liberdade” e “autonomia”, ou seja, não ter chefe. Ao mesmo tempo em que precisa suportar uma longa jornada de trabalho, ficar exposto ao sol e à chuva, fugir da fiscalização e viver de rendimentos incertos que a rua pode lhe oferecer.

Nesse sentido os sujeitos da economia popular são todos aqueles que, diretamente ou indiretamente, participam no processo de reprodução ampliada da vida, inclusive os que estão nas ruas e centros da cidade.

O trabalho é a forma pela qual, nos processos de criação e recriação da realidade humano-social, se dá a mediação dos seres humanos com a natureza e consigo mesmos. Como parte integrante da natureza, no processo de trabalho, os seres humanos modificam sua própria natureza, construindo cultura, maneiras de fazer e pensar o mundo natural e social.

O ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos pelo nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico (SAVIANI, 2007).

Para Karl Marx, o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento que começa a produzir seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material e imaterial (MARX & ENGELS, 1974, p. 19).

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem a partir das relações sociais de produção. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (SAVIANI, 2007).

Para Gramsci (1976, P. 83), a educação vai além da educação escolar, invadindo todos os processos que envolvem a formação da consciência e a produção da subjetividade. Entre os diversos espaços de formação, considera que "[...] a classe operária também se governa fora do sindicato, se governa no seio da fábrica de acordo com o seu local de trabalho".

Pode-se afirmar que no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem (SAVIANI, 2007).

Por ser o processo de trabalho, em si mesmo, uma instância de produção de conhecimentos sobre o mundo natural e social, o objetivo da educação não poderia ser

outro a não ser o de contribuir para que homens e mulheres trabalhadores pudessem rearticular os saberes sobre a vida em sociedade, apropriando-se do processo de trabalho em sua totalidade. E também para que pudessem expressar, por meio de diversas linguagens, nossa subjetividade – objetivada pelas condições materiais e imateriais que nos constituem como seres sociais (TIRIBA, 2008).

Na atualidade, com a crise estrutural do emprego, em decorrência da reestruturação produtiva e das mudanças estruturais pela qual passou a sociedade capitalista nas últimas décadas, não tendo intenções de revolucionar o mundo do trabalho e subverter as relações capitalistas de produção, os trabalhadores associam-se na produção tendo como objetivo a reprodução ampliada da vida. Não tomando, necessariamente, para si o desafio de confrontar-se com o mercado capitalista, mas convivendo com ele e lhe sendo funcional, podendo estar diretamente relacionadas às questões imediatas de sobrevivência, constituindo-se como uma estratégia de vida diante da crise do trabalho assalariado (TIRIBA, 2008).

A experiência que é a base material de produção de tantos saberes, resulta da totalidade de experiências e culturas do trabalho de uma classe, em constante formação. (THOMPSON, 1981), Independentemente do grau de escolaridade e dos limites geográficos temporais e espaciais do local de trabalho o trabalho é princípio educativo. (GRAMSCI, 1982).

Segundo Tiriba (2004, p. 84),

A cidade, a rua e a própria vida tornam-se escolas do trabalho. Não por casualidade, valorizamos tanto o conhecimento tácito dos que pegam pesado na labuta; como comentou Carmem Amaral, com sua sabedoria de mulher trabalhadora, “afinal, o que é a força de trabalho, senão a materialização do saber sobre o trabalho?” Assim, quando se trata de resgatar e sistematizar o saber popular em matéria de economia, mais que nunca, é preciso ultrapassar os muros da escola (Milet, 1991) para ver o que acontece em outros mundos, os quais não se resumem ao mundo do trabalho assalariado. Talvez estes mundos tornem-se mais nítidos durante as cíclicas crises econômicas, características do modo de produção capitalista. E quem sabe, nestas mesmas crises, possam se tornar ainda mais nítidos os saberes sobre a ciência e arte de viver de tantos homens e mulheres que se constituem-se “líderes da cotidianidade.

Trabalho e Educação: A experiência dos camelos e ambulantes em Cuiabá

A partir da reestruturação produtiva tem tornado cada vez mais precarizado o trabalho assalariado e vem obrigando muitos trabalhadores a buscarem alternativas de manutenção da vida. Em meio a esta perspectiva, esses trabalhadores da economia popular buscam formas de conseguir os recursos necessários à sobrevivência e de produção de saberes.

No centro de Cuiabá/MT, na Rua 13 de junho, uma das mais movimentadas da capital, se encontram diversos camelos e ambulantes que garantem a sobrevivência por meio de vendas de produtos diversos que vão desde filmes piratas, eletrônicos da China até mesmo produtos produzidos pelos próprios trabalhadores. Esses trabalhadores fazem a exposição dos seus produtos na Praça Ipiranga e na própria Rua 13 de junho e atualmente também se localizando no novo “Shopping dos Camelos”, espaço criado pela prefeitura para que esses trabalhadores saiam das ruas.

Quando iniciaram as obras para a Copa de 2014 em Cuiabá/MT, a prefeitura e o governo do estado de Mato Grosso, retiraram os camelos e os ambulantes que se localizavam no interior da praça e da rua, alegando uma reforma na referida praça, bem como a “organização e a limpeza da cidade”. Como contrapartida, abrir-se-ia um espaço para que de forma legítima os trabalhadores pudessem vender os seus produtos.

O local indicado para que esses trabalhadores pudessem vender seus produtos foi um barracão, no bairro Porto, zona oeste de Cuiabá/MT, próximo a atual “*Feira do Porto*” com uma estrutura para o estabelecimento de 250 (duzentos e cinquenta) trabalhadores. No entanto, por meio de relatos desses ambulantes e camelos coletados em uma pesquisa exploratória realizada nos meses de setembro e dezembro de 2013 e março e abril de 2014, os mesmos informaram que antes da entrega do barracão pela prefeitura havia sido feito um cadastramento para contabilizar o quantitativo dos “*trabalhadores de rua*”, o que totalizou 376 (trezentos e setenta e seis) cadastrados. Um número não compatível com o número de boxes disponibilizados pela prefeitura para que os ambulantes e camelos pudessem desocupar a rua. Vale ressaltar que 376 foram os que conseguiram o cadastramento, pois alguns líderes dos camelôs, ligados ao suplente de vereador Misael Galvão (PR), alegam que são aproximadamente 1.000 (mil) profissionais trabalhando nas praças da República, Ipiranga e Maria Taquara, além de calçadas e ruas da área central de Cuiabá que se quer foram cadastrados¹, o que conseqüentemente inviabiliza pleitear um

¹ Entrevista realizada em dezembro de 2013 ao jornal Hiper Notícias acerca da retirada dos camelos das praças e das ruas do centro de Cuiabá e sobre o novo espaço que esses trabalhadores viriam a ocupar. A

boxe no novo “*Shopping dos Camêlos*”. Entendemos que aqui se encontra um problema entre o poder público, os trabalhadores informais e a questão do trabalho na atualidade em nossa capital.

Os trabalhadores que foram contemplados com os boxes no novo barracão fizeram a mudança do seu espaço de trabalho, já aqueles que não foram atendidos permaneciam perambulando pelas ruas e pela praça para garantir a venda de seus produtos.

Um ponto interessante a destacar é que esses trabalhadores que foram realocados do seu espaço de trabalho, ou seja, das ruas, também voltam para as ruas, pois perceberam que no novo barracão o público de atendimento era muito reduzido.

Segundo relato de um ambulante, “*tinha dia que nós vendia só dez reais ou não vendia nada, daí voltamos pra 13 porque aqui que é o movimento de clientes, já estamos há uns 10 anos aqui*” (Entrevistado B).

Dessa forma, grande parte desses camelos e ambulantes que deveriam se fixar no “novo barracão” voltaram para a Praça Ipiranga e para Rua 13 de junho para garantia da sobrevivência, já que grande parte desses trabalhadores, segundo relatos, chegavam a passar até dois, três dias sem vender nada.

Vale destacar também que segundo relato dos camelos e ambulantes que foram contemplados com um boxe no novo barracão, a prefeitura passa todos os dias pela manhã fazendo a vistoria de quem está abrindo o boxe ou não, pois a não abertura implica em perda do espaço. Dessa forma, esses trabalhadores relataram que vão pela manhã no espaço, ficam umas duas horas e depois vão para o centro da cidade, comumente chamado por eles de “*lugar de trabalhar é aqui*”, fazendo referência a Rua 13 de junho e a Praça Ipiranga.

Para a prefeitura, os espaços da rua e da praça se tornaram inadequados, impróprios e ilegais para a permanência desses camelos e ambulantes. O que faz com que os mesmos estejam sempre na corrida dos fiscais para não terem seus produtos tomados. No entanto, esses trabalhadores relataram que já compreendem a dinâmica da fiscalização.

quando passam na segunda, pode esperar que na terça passam também, daí o resto da semana a gente fica de boa ou quando passam pela manhã, a gente dá um jeito de esconder as mercadorias em alguma loja perto ou mesmo no carro de algum companheiro que estaciona próximo e quando eles vão embora, voltamos novamente para a rua (Entrevistado A).

Vale destacar que a permanência desses trabalhadores nas ruas, mesmo com a criação do barracão, bem como a articulação com a fiscalização é parte da produção de saberes que esses trabalhadores construíram ao longo de sua história como camelos e ambulantes, os mesmos tiveram que aprender a construir mecanismos que os permitissem a sobrevivência e a manutenção da vida. E essa “expertise” só foi possível em conflito e encontro com o próprio trabalho, o conhecimento foi sendo adquirido no próprio processo do trabalho. A partir das experiências vivenciadas por esses trabalhadores ao longo dos anos de trabalho nas ruas, passando por enfrentamentos com policiais, com fiscais e com a própria sociedade, os camelos e ambulantes tem apreendido isso como um elemento fundamental para que os mesmos produzam saberes que são essenciais para a produção material e imaterial da vida.

Grande parte desses camelos e ambulantes localizados na Rua 13 de junho e na Praça Ipiranga trabalham sozinhos ou com mais um membro da família, geralmente o cônjuge ou mesmo os filhos. Dentre esses trabalhadores se percebe baixo grau de escolaridade, geralmente não concluído o primeiro grau, no entanto possuem uma significativa expertise no entendimento do mundo, da vida e de estratégias de trabalho e de venda. Estratégias essas que só foram possíveis a partir da experiência vivenciada por eles no “sol a sol” e no “dia-a-dia” do trabalho na rua.

Grande parte desses trabalhadores possuem tempo considerável como camelos e ambulantes, entre os entrevistados a média era de mais de vinte anos nesse ramo, destacando aqui a senhora Flutuosa Tranquillo de 65 anos que há 36 anos vive como vendedora ambulante.

Um número importante desses trabalhadores informou que vieram do trabalho formal, geralmente com carteira assinada, ocupando funções que exigiam baixo grau de escolaridade para sua execução, ou seja, trabalhadores assalariados que em algum momento foram “expulsos” do trabalho formal e resolveram “ganhar a vida” no trabalho informal.

Outro ponto interessante a ser destacado é que grande parte desses trabalhadores reconhecem que quando trabalhavam como assalariados, de alguma forma eram explorados, trabalhavam muito e não recebiam de acordo com o que achavam que deveria ou mereciam. Questionavam, inclusive, que como assalariados dificilmente o salário permitia uma “*vida boa*”.

A vida como camelo é muito melhor. Antes, quando a gente trabalhava para os outros, tinha que ficar aguentado tudo quieto e não podia fazer nada se não você era mandado embora, não podia nem reclamar do trabalho, do salário que já ouvia alguém dizendo que tinha muita gente desempregada, que emprego tá difícil... Aí você já viu. Hoje eu sou o patrão, eu faço o meu horário, eu faço os meus dias... Sei quando preciso trabalhar mais e quando posso trabalhar menos. Eu faço meu próprio salário. (Entrevistado C).

Esses trabalhadores demonstraram que a “rua os acolheu” no momento em que deixaram o trabalho o formal. Sendo camelos conseguiram manter um padrão de vida desejável, padrão esse que, segundo os entrevistados, não seria possível se tivesse que continuar trabalhando com carteira assinada e sendo subordinado a alguém, no entanto eles destacam que essa vida “autônoma” também é repleta de riscos, que a “sorte” é um componente relevante para a manutenção como camelô ou ambulante e que é muito importante que entre eles haja parceria, pois desde a aquisição de mercadorias para as vendas até a permanência de seus espaços de trabalho é uma luta diária enfrentada por esses trabalhadores para que suas atividades não sejam perdidas.

A gente ganha uma batalha todo dia, a primeira é quando a gente tem que buscar as mercadorias, passar pelas barreiras sem ser pego ou ter um bom contato que segura isso pra gente, imagina você perder toda mercadoria, é um mês de trabalho jogado fora, mas a gente vai aprendendo, já sabe os melhores dias pra fazer os corres, como fazer os corres. Esse povo que está iniciando agora, ainda perde muito dinheiro, pois ainda não fez os contatos, daí acabam perdendo as mercadorias. A outra é quando a gente vem na sorte das mercadorias não virem com problema, se tem que saber de quem comprar, o melhor momento de comprar, se não você perde dinheiro... Outra luta é com os fiscais da prefeitura, se eles pegam a gente, vai a mercadoria, vai tudo. A gente quer um lugar bom pra trabalhar, aonde o povo vai lá pra comprar da gente, mas por enquanto tá difícil. (Entrevistado C)

O entrevistado C faz referência ao espaço que a prefeitura disponibilizou para esses trabalhadores que é insuficiente pelo número de camelos cadastrados pela própria prefeitura, número esse superior ao número de boxes disponibilizados pela mesma. Destacam ainda que esse espaço, devido às obras da Copa de 2014, bem como a revitalização do bairro Porto, no qual está localizado o espaço, acaba por receber pouca procura de clientes, já que a chegada até o local está inviabilizada pelas obras, levando esses trabalhadores novamente as ruas do centro da cidade para o escoamento de suas mercadorias, no entanto ficando estes aos olhos dos fiscais da prefeitura que já não

permitem mais suas permanências nesse espaço, já que o prazo máximo concedido pela prefeitura para que esses trabalhadores desocupassem a Rua 13 de junho e a Praça Ipiranga foi o dia 10 de janeiro de 2014. E a partir desse dia o espaço permitido para esses trabalhadores seria esse novo espaço, no entanto, isso ainda não é uma realidade o que acaba por tensionar cada vez mais a relação dos camelos e ambulantes com o Poder Público.

Ainda que haja essa tensão entre o Poder Público por meio dos fiscais da Secretaria de Meio Ambiente e os camelos e ambulantes, a presidente da Associação dos Camelôs, Vendedores Ambulantes e Permissionários de Cuiabá, Aparecida Ribeiro de Oliveira, avalia que tem melhorado a relação com a Prefeitura por meio da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Econômico (STDE) de Cuiabá que tem buscado se reunir constantemente com esses trabalhadores e tem tentado dar soluções para as demandas apresentadas pela classe. Ela destaca que a criação do novo “Shopping Popular”, nome usualmente utilizado *“é um sonho, é uma conquista de mais de vinte anos de luta”*. No entanto, ela também reconhece que *“dezenas vão ficar desempregados”*, mas alertou que *“os verdadeiros camelôs” foram contemplados e todos os nomes tiveram de passar pelo crivo do Ministério Público”²*.

Outro ponto relevante é quanto à solidariedade entre os camelos. Ainda que exista certo conflito entre os mesmos devido à concorrência nas vendas, já que muitos vendem os mesmos produtos num mesmo espaço, dentre outros conflitos pessoais, a cumplicidade entre estes parece superar as diferenças. Esses trabalhadores afirmam que entre eles há certo “corporativismo” por reconhecerem que muitos que estão nas ruas são pais de famílias e que dependem desses espaços de trabalho para a manutenção da vida.

Um dos entrevistados citou que quando ainda estavam nas proximidades da Rua 13 de junho e da Praça Ipiranga eles faziam um rodízio quanto ao estacionamento do carro nesse mesmo local, de forma que quando houvesse uma batida por parte da fiscalização todos guardariam rapidamente suas mercadorias neste carro, ficando todos na espera da saída dos fiscais para retornar novamente as ruas e as praças e continuar com o trabalho. Mesmo aqueles que não tinham carro e que conseqüentemente não poderiam participar do rodízio do estacionamento eram também abrigados e “protegidos” pelos colegas.

² Entrevista realizada em dezembro de 2013 ao jornal Hiper Notícias com a presidente da Associação dos Camelôs, Vendedores Ambulantes e Permissionários de Cuiabá, Aparecida Ribeiro de Oliveira acerca da retirada dos camelos das praças e das ruas do centro de Cuiabá e sobre o novo espaço que esses trabalhadores viriam a ocupar. A notícia integral está disponível do endereço eletrônico <http://www.hipernoticias.com.br/TNX/imprime.php?cid=21705&sid=112>

Reforço aqui não só o aspecto solidário entre os camelos e ambulantes, mas também a experiência que os permitiu a produção de saberes que são utilizados por esses trabalhadores como importante estratégia de trabalho.

Outra estratégia que também aponta lastros de solidariedade é vivenciada quando da “batida” dos fiscais, entre eles as mensagens de celular era o melhor contato para comunicação do perigo eminente. “Fiscal chegando” ou mesmo uma ligação rápida do companheiro que estava na rua para um que estava na praça para que agilizasse a corrida para salvar as mercadorias.

Até mesmo em relação às vendas são verificados os apontamentos feitos anteriormente. Quando algum camelo está com cliente e este pede alguma mercadoria que por acaso o comerciante não tem no momento, pedir no boxe do colega mais próximo a mercadoria solicitada é uma alternativa frequente, afinal, como dito por eles “*pra não perder o cliente*”. Mesmo quanto à fixação dos preços, uma estratégia de venda, mas também de solidariedade entre os mesmos. E dessa forma essa relação se caracteriza com frequência nesse espaço, apontando características de solidariedade, de experiência e de produção de saberes entre esses trabalhadores.

Considerações Finais

Para compreender as relações existentes entre Trabalho e Educação na perspectiva da Economia Popular entre os camelôs e os ambulantes realizei levantamento bibliográfico e aprofundamento teórico–metodológico sobre os temas: Trabalho, Educação, Economia Popular, Reestruturação Produtiva e Produção de Saberes a partir da literatura da sociologia do trabalho (ALVES, 2007; ANTUNES, 1995, 2001; HARVEY, 1992, TIRIBA, 2003, 2008, SAVIANI, 2007).

A intenção principal deste artigo foi refletir sobre a relação entre trabalho e educação entre camelos e ambulantes, tendo como referência a questão da produção de saberes e experiência.

Entendemos que os processos pedagógicos também se constituem como um elemento da cultura do trabalho, mediando às condições objetivas e subjetivas do processo produtivo. A dinâmica do trabalho é fonte de saberes, adquiridos e produzidos no processo de trabalho, no qual os camelos e ambulantes estão inseridos nesta perspectiva.

Entendemos que esses trabalhadores adentram para o trabalho nas ruas como uma alternativa utilizada frente à reestruturação produtiva que tem tornado cada vez mais precarizado o trabalho assalariado e vem obrigando muitos trabalhadores a buscarem

outras formas de manutenção da vida. Em meio a esta perspectiva, esses trabalhadores da economia popular buscam formas de conseguir os recursos necessários à sobrevivência e a produção da vida material e imaterial.

A nossa intenção não é tirar conclusões definitivas sobre o tema, mas, realizar um exercício de reflexão teórica que será retomado em pesquisas futuras.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. *Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus Ao Trabalho? – Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. *A cidadania negada: Política de exclusão na educação e no trabalho*. Coleção Grupos de Trabalho, CLACSO. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 35-46.

CIAVATTA, Maria. *O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações*. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. *Os labirintos do capital*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 121-144.

CIAVATTA, Maria (Org.). *Memória e temporalidades do trabalho e da educação*. Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Democracia operária, partidos, sindicatos e conselhos*. Coimbra: Centelha, 1976.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. *Introdução à crítica da economia política*. In: OS PENSADORES. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Marx e Engels, 1974. Pg.19).

SAVIANI, Dermeval. *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos*. Rev. Bras. Educ., Abr 2007, vol.12, n° 34, p.152-165.

TIRIBA, Lia. *Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa*. Perspectiva [online]. 2008, vol.26, n.01, pp. 69-94.

_____. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí: Unijui, 2001.

_____. “*Tempos de ócio e de trabalho em tempos de desemprego: a versão angrense do paraíso tropical*”. In Scripta Nueva Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales, www.ub.es/geocrit/sn, 2002a.

_____. “*Brincando de casinha: fragmentos de economia, cultura e educação*.” In Frigotto, G. e Ciavatta, M. (org.): *A experiência do trabalho e a educação básica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002b.

_____. “*Cultura do Trabalho, produção associada e produção de saberes*.” Educação Unisinos, 10(2):116-122, maio/agosto 2006.

_____. *Ciência econômica e saber popular: reivindicar o “popular” na economia e na educação*. In: PICANÇO, Irani; TIRIBA, Lia (Orgs.), *Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida: Idéias & Letras, 2004, p. 75-101.

_____. *Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa*. Publicado em PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 26, n. 1, 69-94, jan./jun. 2008. In: <http://www.perspectiva.ufsc.br>.

VELHO, Gilberto. *Observando o Familiar*. In: NUNES, Edson de Oliveira – *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.